

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8060897-37.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: BRUNO LAGO HEITZ e outros Advogado (s): BRUNO LAGO HEITZ IMPETRADO: Juiz de Direito de Prado, Vara Criminal Advogado (s): ACORDÃO PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 35 DA LEI 11.343/2006. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E CONDUTAS AFINS (ART. 33, CAPUT E § 1º, E 34, TODOS DA LEI 11.343/2006). PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE, EM 05/12/2022, PELA SUPOSTA INCURSÃO NO TIPO PENAL SUPRACITADO. FUNDAMENTOS: GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA “ASSEGURAR A REGULAR APURAÇÃO DOS FATOS” (CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL). IRRESIGNAÇÃO DO IMPETRANTE. SOLTURA DO COACTO. ILEGALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR EM SEU DESFAVOR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUE LHE É IMPOSTO POR EXCESSO DE PRAZO À FORMAÇÃO DE SUA CULPA, UMA VEZ QUE SE ENCONTRA CUSTODIADO CAUTELARMENTE, DESDE 05/12/2022, SEM O FIM DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. DESCABIMENTO. EXISTÊNCIA DE GRANDE E SIGILOSA INVESTIGAÇÃO POLICIAL PRÉVIA QUE DEFLAGROU A AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. APURAÇÃO DA TRAFICÂNCIA E DELITOS CORRELATOS, SUPOSTAMENTE PRATICADOS, NAS REGIÕES DE ALCobaça E DA COMARCA PROCESSANTE. IRROMPIMENTO DA “OPERAÇÃO COSTA QUENTE”. PRESUMÍVEIS AUTORES E PARTICÍPES DE TAIS CRIMES – DENTRE ESSES, O CONSTRITO –, INDICIADOS, DENUNCIADOS E PRESOS PREVENTIVAMENTE. FEITO ORIGINÁRIO COMPLEXO/MULTITUDINÁRIO. 11 (ONZE) RÉUS. APRESENTAÇÃO DE MINUCIOSO ITINERÁRIO CRONOLÓGICO E FÁTICO-PROCESSUAL DO FETO ORIGINÁRIO, DESDE O SEU INÍCIO. PRESTEZA DO JUÍZO IMPETRADO EVIDENCIADA NA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO-REFERÊNCIA DESTA AÇÃO MANDAMENTAL. RELATIVIZAÇÃO DO SOMATÓRIO DOS PRAZOS PROCESSUAIS PENAIIS. CASO CONCRETO. OBSERVÂNCIA DESTE JUÍZO AD QUEM AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MAIOR DELONGA NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL. EFEITO NATURAL E PREVISÍVEL. ADEMAIS, O FEITO A QUO POSSUI, COMO OBJETO, A APURAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE GRADE VULTO, VOLTADA PARA A PRÁTICA DA TRAFICÂNCIA ILÍCITA DE ENTORPECENTES E HOMICÍDIOS, CIRCUNSTÂNCIA ESSA QUE TORNA RAZOÁVEL A DILAÇÃO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA PERSECUÇÃO PENAL. TESE DEFENSIVA REFUTADA. SOLTURA DO PACIENTE. ILEGALIDADE DO SEU ATUAL RECOLHIMENTO PROVISÓRIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA CONCRETA PARA A IMPOSIÇÃO DA SUA PRISÃO CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE NA MANTENÇA DESSE CÁRCERE. DESCABIMENTO. OBSERVÂNCIA DA DECISÃO ORA COMBATIDA AO ART. 313, INCISO I, DO CPP. REQUISITO AUTORIZADOR FORMAL (LEGAL) PREENCHIDO. PRESSUPOSTO MATERIAL (FUNDAMENTOS FÁTICOS) PRESENTE. PRÁTICA, EM TESE, PELO COACTO, DA CONDUTA PREVISTA NO ART. 35 DA LEI DE TÓXICOS. ASSOCIAR-SE, COM OUTRA OU MAIS PESSOAS, VISANDO À MERCANCIA DE SUBSTÂNCIAS ESTUPEFACIENTES PROIBIDAS. NEGÓCIO ALTAMENTE RENTÁVEL. PROBABILIDADE CONCRETA DE QUE, EM LIBERDADE, O CONSTRITO VOLTE A DELINQUIR. PERICULOSIDADE DO COACTO VISLUMBRADA, NO ENCARTE PROCESSUAL EM PAUTA. PERIGO DO SEU ESTADO DE LIBERDADE PERCEBIDO. RISCO DE SUA REITERAÇÃO DELITIVA. ELEVADO NÚMERO DE CORRÉUS. PRISÃO DO CONSTRITO PARA EVITAR O COMPROMETIMENTO DA HIGIDEZ INSTRUTÓRIA PENAL. CONTEMPORANEIDADE DA ATUAL CUSTÓDIA DO PACIENTE VISLUMBRADA. SUBSISTÊNCIA DOS FATOS ENSEJADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR, INDEPENDENTE DA ÉPOCA EM QUE OS DELITOS FORAM APARENTEMENTE COMETIDOS. EXISTÊNCIA DE COMPLEXA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INFRAÇÕES DE NATUREZA HABITUAL OU PERMANENTE. MAIOR MITIGAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE. PRISÃO PROCESSUAL DEVIDAMENTE NECESSÁRIA E JUSTIFICADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA “ASSEGURAR A REGULAR APURAÇÃO DOS FATOS” (CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL). REQUISITOS LASTREADORES ACERTADOS DO PROVIMENTO JUDICIAL ORA COMBATIDO. MANTENÇA PRISIONAL DO COACTO RATIFICADA POR ESTE JUÍZO AD QUEM. TESE DEFENSIVA

REFUTADA. DESNECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DESFAVOR DO CONSTRITO DIANTE DAS SUAS SUPOSTAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. DESCABIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE NÃO PODEM SER ANALISADAS ISOLADAMENTE DAQUELAS PECULIARIDADES CONCRETAS DE SUA CONDUTA, EM TESE, DELITUOSA. IRRELEVÂNCIA DA POSITIVIDADE DE TAIS ATRIBUTOS INDIVIDUAIS. TESE DEFENSIVA REFUTADA. SUBSIDIARIAMENTE, SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA DO COACTO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE, PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. DESCABIMENTO. PROVIDÊNCIAS QUE SE MOSTRAM DESPROPORCIONAIS E INSUFICIENTES, IN CASU. SUBSISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DO RECOLHIMENTO ACAUTELATÓRIO DO CONSTRITO. TESE DEFENSIVA REFUTADA. PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA PELO CONHECIMENTO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS E POR SUA DENEGação. MANDAMUS CONHECIDO E DENEGADO, COM A RECOMENDAÇÃO DE QUE O JUÍZO IMPETRADO PROLATE, TÃO LOGO SEJA POSSÍVEL, SENTENÇA DE MÉRITO NA INDIGITADA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. PRECEDENTES. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8060897-37.2023.8.05.0000, impetrado pelo Bel. BRUNO LAGO HEITZ, OAB/BA 66970, ambos em favor de GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, e em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PRADO-BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em conhecer da ordem de habeas corpus e denegá-la, com a recomendação de que o Juízo impetrado prolate, tão logo seja possível, sentença de mérito na indigitada ação penal originária, nos termos do voto do Relator, adiante registrado e que a este (acórdão) se integra. Salvador, data registrada no sistema PRESIDENTE DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS RELATOR PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 8 de Abril de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8060897-37.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: BRUNO LAGO HEITZ e outros Advogado (s): BRUNO LAGO HEITZ IMPETRADO: Juiz de Direito de Prado, Vara Criminal Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus liberatório/repressivo, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. BRUNO LAGO HEITZ, OAB/BA 66970, ambos em favor de GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, e em face do JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PRADO-BA, ora apontado como autoridade coatora nos autos originários de nº 8001682-40.2022.8.05.0203. De início, consta nos autos originários do presente mandamus que a Polícia Civil do Estado da Bahia já vinha investigando, há algum tempo, diversos suspeitos de articularem atividades criminosas – tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e homicídios –, na região da Comarca processante e do Município de Alcobaça-Ba. (id. 54705842 – pág. 572-795). Por sua vez, como resultado dessa ampla apuração levada a cabo pela Polícia Judiciária, através do sigiloso Inquérito Policial nº 03/2021, foi deflagrada a chamada “Operação Costa Quente”, que resultou no indiciamento de vários suspeitos e, no mesmo ensejo, na representação pelas prisões preventivas, bem como pedidos de busca e apreensão domiciliar, todos em desfavor desses investigados, dentre os quais o constrito da ação mandamental em pauta. (id. 54705842 – pág. 571) Nessa toada, o Juízo ora requerido, em 08/09/2022, decretou a prisão cautelar dos representados – dentre esses, o paciente, frise-se –, “como garantia da ordem pública, de modo a impedir a reiteração delitiva, bem como assegurar a regular apuração dos fatos” (id. 54705842 – pág. 563), bem como deferiu o pedido de busca e apreensão “em desfavor de UÍLIAM OSMAR SANTOS DE SOUZA, JOATAN

TERTULINO DO ROSÁRIO, GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA, SAMARA DOS SANTOS MARCIA" (id. 54705842 – pág. 566). (grifos originais). Na sequência, o mandado de prisão preventiva expedido, a partir do decreto de prisão preventiva exarado nos autos de origem nº 8001682-40.2022.8.05.0203 (54705842 – págs. 557-567), foi cumprido contra o paciente, em 05/12/2022, no município de Alcobaça-Ba (id. 54705841 – págs. 02-03) Isso posto, ou seja, em razão de tal ampla conjuntura fático-processual, o impetrante, em 29/11/2023, ajuizou habeas corpus onde, primeiramente, alega que a prisão provisória do paciente é ilegal em razão do constrangimento ilegal imposto a ele por excesso de prazo à formação de sua culpa, tendo-se em vista que "se encontra preso desde 05/12/2022, sem o fim da instrução processual" (id. 54705836 – pág. 05). Noutro vértice, argumenta que "S.M.J. de V.Exa., assim como já demonstrado acima, os requisitos previstos no art. 312 e 313 do CPP não se encontram presentes." (id. 54705836 – pág. 15). Destaca, ainda, que o "Paciente tem endereço fixo, trabalho fixo e não deseja se eximir de qualquer responsabilidade que possa vir sobre si" (id. 54705836 – pág. 16). Ao final do seu petitório, requer: "[...] EX POSITIS, impetra-se a presente ordem de Habeas Corpus para fins de colocar LIMINARMENTE e imediatamente o Paciente em liberdade tornando definitiva a liminar concedida, atendendo-se, destarte, aos reclamos da mais pura e cristalina Justiça, expedindo-se a ordem do competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor do Paciente. Subsidiariamente, diante da ausência dos requisitos que autorizam a prisão preventiva, que seja concedida a ordem, a fim de que o paciente seja reconhecido, por este Egrégio Tribunal de Justiça, o direito à Liberdade Provisória, diante o excesso de prazo e nos termos do art. 310, parágrafo único, do CPP, determinando-se a imediata expedição do competente Alvará de Soltura; Alternativamente, seja aplicada medida cautelar diversa da prisão prevista no art. 319 do Código de Processo Penal; [...]" (id. 5470583 – pág. 16). (grifos originais). À inicial, foi juntada a prova pré-constituída. Em 11/12/2023, a liminar requestada foi indeferida (id. 54925241), ocasião em que o togado-relator requisitou informações ao Juízo impetrado, as quais são datadas de 22/01/2024 e foram acostadas aos presentes autos, em 25/01/2024 (id. 56534591). Em 26/01/2024, a Procuradoria de Justiça protocolou parecer onde se manifestou pelo conhecimento do habeas corpus e por sua denegação. (id. 56597171). Por fim, vieram os fólios em pauta a este Magistrado-Relator, para que julgasse a indigitada ação mandamental. É o que importa relatar. Salvador, de 2024. DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8060897-37.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: BRUNO LAGO HEITZ e outros Advogado (s): BRUNO LAGO HEITZ IMPETRADO: Juiz de Direito de Prado, Vara Criminal Advogado (s): VOTO Em análise preliminar, verifico que estão presentes os pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do writ constitucional, razão pela qual a análise do seu mérito será feita adiante por este relator. Na sequência, e conforme já relatado, a parte impetrante sustenta as teses de: ilegalidade da prisão do paciente pelo excesso de prazo à formação da sua culpa; ilegalidade da prisão provisória do coacto pela falta de fundamentação concreta do provimento judicial impositivo da aludida custódia; desnecessidade de imposição da prisão preventiva em desfavor do constrito diante das suas supostas condições pessoais favoráveis e substituição da custódia preventiva do coacto por medidas cautelares diversas do cárcere, ora previstas no at. 319 do CPP.

Pois bem. Em antecipada síntese, este relator declara que são descabidas todas as alegações retrocitadas, conforme será discorrido logo a seguir: I. SOLTURA DO PACIENTE. ILEGALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR EM SEU DESFAVOR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUE LHE É IMPOSTO POR EXCESSO DE PRAZO À FORMAÇÃO DE SUA CULPA. Com fulcro na tese suprainstituída – e inaugural – do presente mandamus, o impetrante pleiteia a soltura do coacto, pois este, segundo o alegado na ação em pauta, o constrito “encontra-se encarcerado a 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) dias, sem um resultado/resposta do Estado sobre o processo” (id. 54705836 – pág. 02). Pois bem. Este julgador refuta tanto a pretensão per si aventada (a libertação do constrito) quanto a sua motivação (constrangimento ilegal imposto ao padecente por excesso de prazo à formação de sua culpa). Isto porque, a partir de uma visão panorâmica da situação fático-processual do coacto, isto é, de uma análise conjunta da prova pré-constituída nos presentes autos e do feito originário 8001682-40.2022.8.05.0203, este magistrado considera, em prévia súmula, que o aludido feito a quo vem tramitando dentro dos parâmetros temporais apropriados ao caso concreto, consoante será por este mesmo relator justificado mais adiante, através das razões contrapostas à tese defensiva agora aventada. Nessa rota, primeiro, este togado há por bem apresentar um minucioso relato fático e cronológico-processual do caso em tablado, de acordo com o exame de todos os autos retrocitados, bem como as informações prestadas pelo Juízo processante a este relator (id. 56534591): 1. Investigação, inicialmente conduzida pela Polícia Civil do Estado da Bahia (Inquérito Policial nº 03/2021), de vários suspeitos em articularem várias ações criminosas correlatadas à traficância de entorpecentes ilícitos, na região da Comarca de Prado-Ba e do Município de Alcobaça-Ba; 2. Como resultado dessa ampla averiguação, foi desencadeada a chamada “Operação Costa Quente”, na qual vários suspeitos foram indiciados, e a autoridade policial então responsável pela aludida apuração inquisitorial representou pelas prisões preventivas dos investigados, bem como solicitou, perante o Juízo ora requerido, busca e apreensão domiciliar em desfavor de alguns representados – dentre os quais o constrito da ação mandamental em pauta (id. 54705842 – pág. 571) – o que resultou, em 09/07/2022, na ação penal originária 8001682-40.2022.8.05.0203, ressalte-se. (id. 54705842 – pág. 01); 3. Por sua vez, o Juízo impetrado, em 08/09/2022, decretou, no bojo dos autos 8001682-40.2022.8.05.0203, diversas prisões preventivas contra vários representados, bem como deferiu pedidos de busca e apreensão no domicílio de alguns desses investigados, inclusive o do constrito dessa ação mandamental. (id. 54705842 – págs. 557-567); 4. Em 05/12/2022, foi cumprido, no município de Alcobaça-Ba, o mandado de custódia cautelar expedido contra o paciente, nos autos originários (id. 54705841 – págs. 02-03). 5. O feito a quo deste remédio constitucional também começou a tramitar normalmente, quando, em 19/12/2022, o Ministério Público do Estado da Bahia ofereceu denúncia, em desfavor do coacto e outros 10 (dez) indiciados, pela prática do delito previsto no art. 35 da lei 11.343/2006 (associação para o tráfico ilícito de entorpecentes) – o que totaliza 11 (onze) denunciandos (id. 54705842 – págs. 464-472); 6. Assim que o Parquet estadual ofereceu, em 19/12/2022, a exordial acusatória, o Juízo impetrado, diligentemente, recebeu-a, nessa mesma data, o que desencadeou a ação penal 8001682-40.2022.8.05.0203, ora originária deste writ, repita-se (id. 54705842 – págs. 456-463); 7. Em 10/03/2023, a defesa prévia do coacto foi juntada ao processo-referência. (id. 54705842 – págs. 355-356); 8. Em 22/09/2023, foi realizada, às 10:00 horas, audiência de instrução e

juízo, em cuja ata foi o seguinte consignado, conforme minuciosamente informado pelo Juízo processante a este relator (id. 56534591 – págs. 03-04): “01: a manifestação do M.P.: “MM. Juiz, verifico que os réus presos foram alvos de uma minuciosa, cuidadosa e apurada investigação policial, que revelou o envolvimento na trama de homicídios, e até mesmo se cogitava matar policiais militares, bem como na associação para tráfico. Portanto, é evidente que, tendo aceitado realizarem a perícia, pugna o MP pela manutenção da prisão preventiva.” 02: A decisão deste Juízo: “Pelo MM. Juiz, foi dito: Neste momento da instrução processual, é necessária, não só para garantia instrução criminal, destacada pelo Ministério Público, como também visando resguardar a garantia da ordem pública. Posto isto, MANTENHO a PRISÃO PREVENTIVA DE MATHEUS RAMOS GONÇALVES, RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA e GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL.” (grifos aditados). 9. Ao final dos seus esclarecimentos (id. 56534591), o Juízo a quo fez questão de destacar que “está aguardando a realização de perícia de identificação de voz” (id. 56534591 – pág. 04), o que é mais um motivo plausível para a delonga processual. Posto isso, apenas em face do detalhado itinerário fático-temporal-processual até aqui apresentado, somado à circunstância de o feito originário possuir um total de 11 (onze) réus (feito multitudinário), todos ora acusados de incursão no art. 35 da Lei de Tóxicos (associação para o tráfico ilícito de entorpecentes) – dentre esses o constrito, frise-se (id. 54705842 – págs. 464-472), este relator constata, de pronto e com clareza solar, que os autos-referência deste habeas corpus representam um feito complexo, razão pela qual naturalmente ocorre uma maior delonga para a formação da culpa de um acusado, como é o caso do paciente em questão. Sendo assim, a falta de prognóstico para a formação da culpa do paciente é plenamente justificável, uma vez que tal peculiaridade (complexidade do feito) demanda a expedição de inúmeros mandados citatórios e intimatórios dos acusados, inclusive através de cartas precatórias, a emissão de vários ofícios para diversos destinos, além da necessidade de intimação de todas as testemunhas, tanto na Comarca processante quanto em outras Comarcas, o que, neste último caso, também exige a expedição de cartas precatórias. Em suma, o intrincado processo-referência do mandamus em pauta requer a consecução de várias diligências burocráticas, investigatórias e processuais, visando à sua regular tramitação, o que gera uma maior demora na marcha processual, dentro dos parâmetros de razoabilidade admitidos pela doutrina e jurisprudência pátrias, conforme será demonstrado logo à frente – tudo em conjunção com o bom-senso deste julgador, saliente-se. Nesse sentido, eis a assente e torrencial jurisprudência pátria, demonstrada através dos dois recentes julgados colacionados abaixo, a título exemplificativo: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE SE INTERROMPER ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. DESCABIMENTO, NA ESPÉCIE. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE. JUÍZO DE ORIGEM QUE EMPREENDE ESFORÇOS PARA O REGULAR ANDAMENTO AO FEITO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM RECOMENDAÇÃO AO MAGISTRADO CONDUTOR DA AÇÃO PENAL. 1.[...]. 5. Na hipótese, a despeito de a prisão processual ter sido implementada em 05/05/2022, vale referir que a causa é complexa, com polo passivo integrado por doze réus, com advogados distintos, e situações processuais diversas. O Agravante foi citado e apresentou sua resposta à acusação em 04/08/2022 (fl. 211), sendo que o Juízo de primeiro grau reavaliou a necessidade da prisão preventiva,

conforme determina o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, em 03/03/2023. Outrossim, em consulta aos andamentos do Processo n. 8091574-81.2022.8.05.0001 no site do Tribunal Impetrado, constato que a tramitação da causa ocorre sem que tenha permanecido por longo tempo sem novos andamentos, sendo que os Réus foram integrados ao processo e o Juízo de origem determinou em 17/03/2023 a intimação do Ministério Público para manifestar quanto às preliminares suscitadas nas respostas e chamou o feito à conclusão para o início da instrução. Consequentemente, não há ilegal excesso de prazo a ser reconhecido. Precedentes. 6. Agravo regimental desprovido, com recomendação ao Juízo de origem que proceda ao imediato início da instrução processual. (STJ – AgRg no RHC: 179443 BA 2023/0121483-0. Órgão julgador: T6 – SEXTA TURMA. Data de Julgamento: 12/06/2023. Data de Publicação: DJe 15/06/2023. Relator: Min. LAURITA VAZ). (grifos aditados). [supressão não original]. EMENTA: HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS– ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO– ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL– INOCORRÊNCIA – REGULAR ANDAMENTO PROCESSUAL – FEITO DEMASIADAMENTE COMPLEXO– PLURALIDADE DE RÉUS – ILEGALIDADE NÃO VERIFICADA. Demonstrado que o juízo de primeiro grau vem diligenciando para o regular andamento do feito, resta afastada a alegação de excesso de prazo. Além disso, os prazos no Processo Penal não são fatais, improrrogáveis, admitindo-se exceções de acordo com as peculiaridades do caso e atendendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, notadamente quando se tratar de feito complexo, com pluralidade de investigados e a apuração de diversos fatos delituosos. (TJ-MG – HC: 07529258920238130000. Órgão julgador: 1ª CÂMARA CRIMINAL. Data de Julgamento: 25/04/2023. Data de Publicação: 26/04/2023. Relator: Des.(a) José Luiz de Moura Faleiros). (grifos aditados). Segundo, o feito em análise apura o funcionamento de uma extensa organização criminosa, bastante atuante na região de Prado e Alcobaça, segundo vastamente observado nos autos. Portanto, a aparente delonga processual retratada nos autos epigrafados não revela um panorama de flagrante omissão ilegal imputável ao Poder Judiciário, de modo a justificar o relaxamento da prisão do coacto, sobretudo se consideradas as peculiaridades do feito em pauta, ou seja, a já destacada complexidade do feito, onde figuram 11 (onze) acusados, repita-se – muitos destes assistidos por advogados distintos, frise-se –, e, principalmente, ter, como objeto, a apuração de uma organização criminosa de grande vulto voltada à prática da traficância ilícita de entorpecentes e homicídios, circunstâncias essas que tornam razoável a dilação do prazo para o término da persecução criminal. Nesse sentido: Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL é no sentido de que a razoável duração do processo deve ser aferida à luz das particularidades do caso concreto, levando-se em consideração, por exemplo, o número de réus, a quantidade de testemunhas a serem inquiridas, a necessidade de expedição de cartas precatórias, a natureza e a complexidade dos delitos imputados, assim como a atuação das partes ( HC 138.736-AgR, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 6/9/2017; HC 138.987-AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 7/3/2017). 2. O período de trâmite retratado nestes autos não revela quadro de flagrante omissão ilegal imputável ao Poder Judiciário, de modo a justificar o relaxamento da prisão, sobretudo se consideradas as peculiaridades da causa, em especial “a complexidade do feito, em que se

apura a imputação a 3 acusados, com advogados distintos, da prática dos crimes de tráfico, associação e organização criminosa voltada ao tráfico de drogas, com uso de arma de fogo”, circunstâncias que tornam razoável a dilação do prazo para o término da persecução criminal. 3. Não se pode ignorar, ainda, que as instâncias ordinárias demonstraram a periculosidade social do paciente, indicando, segundo o que se apurou, habitualidade na prática delituosa 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF – HC: 228076 CE. Órgão julgador: Primeira Turma. Data de Julgamento: 13/06/2023. Data de Publicação: 15-06-2023. Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES). (grifos adotados). Terceiro – e de qualquer forma –, também não caberia falar-se em excesso de prazo, neste momento, já que a apontada irregularidade processual não é somente atestada por uma simples contagem aritmética além dos limites máximos dos prazos processuais legalmente estabelecidos pela legislação pátria, mas também pode ser aferida pelo acesso a outras informações imprescindíveis ao deslinde do feito, tais como: o estágio processual em se encontra a ação originária respectiva; qual o último ato processual praticado; se a defesa está contribuindo ou não para demora alegada; ou se o Estado-Juiz é o único responsável pela desídia em questão – tudo isso, portanto, que não ocorre no caso em exame. Nesse sentido: EMENTA: "HABEAS CORPUS" – TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS – NÃO CONHECIMENTO – REITERAÇÃO DE PEDIDOS – EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA – INOCORRÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. – Não se conhece parcialmente de "habeas corpus" que constitua mera reiteração de pedidos anteriormente analisados, nos moldes do enunciado da Súmula Criminal nº 53 desta egrégia Corte de Justiça – A conclusão acerca da ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa não pode ser resultante de simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na legislação processual penal, devendo a contagem ser analisada de forma global, à luz do princípio da razoabilidade, sobretudo quando o feito encontra-se em regular trâmite – [...]. . (TJ-MG – HC: 10782058620238130000. Órgão julgador: 8ª CÂMARA CRIMINAL. Data de Julgamento: 25/05/2023. Data de Publicação: 26/05/2023. Relator: Des.(a) Âmalin Aziz Sant'Ana). (grifos adotados). [supressão não original]. Quarto e último, oportuno salientar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça proclama que a concessão de habeas corpus, em situações deste jaez, é admitida quando a dilação: (a) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (b) resulte da inércia do próprio aparato judicial ou (c) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade. Portanto, não se verifica a presença, in casu, de qualquer das hipóteses delineadas pelo referido entendimento pretoriano. II. SOLTURA DO PACIENTE. ILEGALIDADE DO SEU ATUAL RECOLHIMENTO PROVISÓRIO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA CONCRETA PARA A IMPOSIÇÃO DA SUA PRISÃO CAUTELAR. O impetrante, desta feita, pugna pelo acolhimento da tese defensiva acima intitulada, vez que, no seu entendimento, a decisão judicial impositiva da custódia cautelar em desfavor do coacto carece “dos requisitos do art. 312, 313 e 316 do CPP, a Defesa requer seja reconhecido o direito do Paciente para aguardar o processo em liberdade, até o trânsito em julgado, salvo fato novo que justifique a prisão cautelar” (id. 54705836 – pág. 15). Pois bem. O que os requerentes pretendem, em síntese de todos os seus argumentos retrocitados, é o reconhecimento, da parte deste Juízo ad quem, da ilegalidade do ergástulo preventivo do paciente em razão da suposta falta de fundamentação concreta da medida judicial constritiva ora contraditada – arquição bastante comum empregada nas ações mandamentais de

habeas corpus, ressalte-se -, bem como da ausência de contemporaneidade dos fatos que justifiquem a necessidade de recolhimento processual do coacto. A propósito, eis o art. 315, do CPP, colacionado, a seguir, onde é expressamente abordada a tese defensiva ora aventada: Art. 315. A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada. § 1º Na motivação da decretação da prisão preventiva ou de qualquer outra cautelar, o juiz deverá indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada. § 2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. Posto isso, resta descabida a presente tese defensiva. Isto porque, primeiro - e ao contrário do que propala o acionante, na inicial do indigitado mandamus, ressalte-se -, observa-se, de imediato, que a medida constritiva ora contestada remanesce, sim, tanto formal como materialmente válida. Nesse cariz, primeiro se atesta que o caso em testilha de fato possibilita, do ponto de vista legal (formal), a decretação da indigitada custódia acautelatória, pois o crime cuja prática foi supostamente imputada ao constrito contra a sociedade - art. 35 da lei 11.343/2006 (Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei)- é doloso e com pena máxima cominada superior a 04 (quatro) anos (vide art. 313, inciso I, do CPP), conforme leitura conjugada do art. 35 da lei 11.343/2006 e 313, inciso I, do CPP, in litteris: Lei 11.343/2006: [...]. Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa. [...]. CPP: [...]. Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva: I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos; [...]. Segundo - e após o preenchimento do requisito formal, consoante já demonstrado anteriormente, frise-se -, percebe-se que, do ponto de vista substancial (material), o aludido decreto de recolhimento preventivo (id. 54705842) expõe devidamente as razões pelas quais o paciente deve permanecer preso, desta vez, cautelarmente, conforme excerto transcrito a seguir: "[...]. Registre-se que este magistrado assumiu sua designação para a unidade judiciária do Prado em 26/04/2021. Tratam os autos de REPRESENTAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA com pedido de busca e apreensão em face de MATHEUS RAMOS GONÇALVES, SAMARA DOS SANTOS MARCIAL, RENATO ROCHA DA SILVA, RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA, GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, ROSILVALDO SOUZA CALDAS, JOHN MUNIZ DOS SANTOS, UÍLIAM OSMAR SANTOS DE SOUZA, JOATAN TERTULINO DO ROSÁRIO, ELIZANA DE ALMEIDA SILVA e JONAS SANTOS DO ROSÁRIO. Instado a se



manifestar, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pleito. É o que se relata. Fundamento e decido. I – DA PRISÃO PREVENTIVA Disciplinada nos artigos 312 e seguintes do CPP, a prisão preventiva reveste-se de caráter cautelar, podendo ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria (fumus comissi delicti) e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado (periculum in libertatis). Pois bem. O fumus comissi delicti materializa os pressupostos para a decretação da medida e refere-se à prova da existência do crime e aos indícios suficientes da autoria. Estes estão devidamente comprovados no caso vertente. Da análise dos autos, verifico robusta a prova da materialidade delitiva, consubstanciada nos documentos carreados aos autos. Os indícios de autoria restam indene de dúvidas, considerando as degravações das interceptações telefônicas, que indicam a participação dos Requeridos nos fatos em apuração. Por sua vez, o periculum libertatis constitui a necessidade da restrição da liberdade do indivíduo, e, conforme disciplinado em lei, deve ter por fundamento a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal, a garantia de aplicação da lei penal ou o descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares. Do relatório policial acostado aos autos, bem como as degravações oriundas das interceptações telefônicas autorizadas pelo Judiciário, verifica-se que há fortes indícios de articulações para a prática de atividades criminosas na região, conforme se vê abaixo: (i) MATEUS RAMOS GONÇALVES e GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL Costa na peça inicial, que, em chamada realiza, em 26/06/2021, o investigado Mateus trata com Geovane acerca de assuntos voltados a homicídios de rivais e até mesmo de policiais militares, vejamos a degravação da ligação de telefônica interceptada e registrada no Relatório Técnico nº 16394: GEOVANE fala para MATEUS que ficará sentido pela morte do 'MENINO de CLISE.' MATEUS diz – 'bagulho doido desses policiais' GEOVANE fala – 'que estava na roça, se não teria vindo, não ia ter jeito mais, mas daria assistência'. MATEUS diz – 'foi covardia da p... desses caras.' MATEUS diz – 'caras safados tem tudo que morrer.' GEOVANE fala – 'pois é, eu falo minhas verdades, você sabe como é minha opinião, eu nunca baixe a cabeça, pow o negócio tem que ser realista.' MATEUS diz – 'é' GEOVANE fala – "os caras que gostam de entrar numa zona que não tem nada a ver, prejudica outro, dá uma de querer ser bom, acho como o último biscoito do pacote." GEOVANE diz – 'vou encontrar com os meninos lá no rio, eu falo para eles pessoalmente, entendeu.' MATEUS diz – 'tá bom.' GEOVANE fala – 'mas se eu não vê, você dá ideia para eles, a casa aqui é simples, simples, só chegou, empurrou acabou.' (refere-se a residência alvo deles). MATEUS diz – 'já era, rumou sai fora.' GEOVANE diz – 'eu falo a verdade, desde aquela vez que fizeram a covardia com meu menino, acabou.' MATEUS fala – 'rapaz o bagulho é doido, esses policiais só andam doido, corvardiando todo mundo aí' GEOVANE – 'não prende mais não.' (Conversam sobre ação policial). MATEUS diz – 'vai ter que comprar umas armas boas para meter balas neles, também para eles se ligar.' (refere-se a policiais). GEOVANE fala – 'mas pode ir de cara, de cara pow, tem que pegar uma hora na porta de um bar tomando cerveja, você sabe que tem uns que gosta.' [...]. (ii) RENATO ROCHA DA SILVA, SAMARA DOS SANTOS MARCIAL e RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA Quanto aos representados citados em epígrafe, consta no relatório da Autoridade Policial, que Renato Rocha da Silva, mantém diálogos relativamente ao tráfico de drogas com os indivíduos

identificados com os nomes de Adrielle, Samara e Ramires, vejamos as degravações constantes nas páginas 19 e 20/ ID. 213255195: Ligação 01 – 30/06/2021 – 09h 11 min 03 seg. Drica passa a ligação para Adrielle. Adrielle conta que não passou o comprovante por que ficou bêbado. Fala que os R\$ 150,00 já está na mão do DODO. Renato fala que é para mexer no meio quilo. Adrielle manda adiantar que a balança ainda está aqui. Renato pede para manda a menina pegar os meio quilo que vamos dividir agora e manda tirar 150 gramas do meio quilo pra cortar agora... Ligação 03 – 01/07/2021 – 15h 25min 37 seg. Renato querendo saber quando Ramires pegou com ela. MNI diz que não deu nada, por que não pesou e que está sem balança. Renato diz que ele foi pegar as quarenta e seis de “GORDO”. Que depois ele vai buscar. MNI fala que pode mandar ele vim buscar e que vai deixar aqui. Ligação 04 – 01/07/2021 – 15h 28min 00seg. Renato manda Ramires ir pegar que já deixou acertado com menina e que ela não entregou por que não sabia. Manda pegar as quarenta e seis de “GORDO”. Ligação 06 – 01/07/2021 – 18h 06min 29seg. Drica passa ligação pra Samara. Renato manda soltar as 240 gramas de “corante” que ficou ai. Pede para desenterrar que a “Neguinha” vai buscar ai. Samara pergunta o que é para fazer com as de 46 que ainda está aqui. Ligação 07 – 01/07/2021 – 18h 09min 41seg Renato manda Ramires ir buscar a “parada” que já está na “goma”. Ramires pede para deixar pra amanhã que a PETO está rodando por aqui. Ligação 08 – 02/07/2021 – 18h 34min 13seg. Drica diz que as meninas estão negociando e perguntando se é 240 ou 250. Renato fala que é as 240 gramas. Manda guardar as 46 gramas que Ramires vai pegar amanhã. Renato fala que na cela tem 8 celulares e 4 carregadores. Diz que tem celular aqui barato que os caras roubaram na loja. (iii) ELIZANA ALMEIDA DA SILVA, JONAS SANTOS DO ROSÁRIO, ROSIVALDO SOUZA CALDAS, JOHN MUNIZ DOS SANTOS. A Autoridade Policial concluiu ainda, em síntese, que os indivíduos acima citados, mantiveram diálogos acerca da organização do tráfico nas cidades de Prado e Alcobaça, bem como foi possível constatar articulações para a prática do crime de homicídio, conforme as degravações das interceptações telefônicas transcritas a seguir: Ligação 01 – pág. 14 – 29/06/2021 – 19h 04min 21seg. Mateus fala para HNI/ELISANA enviar a foto de pedaços maiores de 500 gramas (refere-se a quantidade de droga ilícita). HNI diz que vai dar o peso solicitado. Mateus insiste pedindo para mandar a fotografia com os pedaços na balança. HNI diz que os tudo (os pedaços) deram 748 gramas. Ao fundo Mateus pergunta para “BAGÉ” o que era para ser tirado. “BAGÉ” responde tirar um pedaço. Mateus pergunta para HNI se o primeiro pedaço teria dado 375. HNI responde que sim. Conversam sobre o peso exato que a sustância deveria ser cortada. Elisana fala para Mateus que um pedaço dera 508 gramas. Mateus pede para tirar as 8 gramas e deixar quinhentas. Pede para HNI colocar a droga numa sacola. HNI diz que tinha muitas pessoas na rua. Continuam falando sobre o processo de Mateus pede para ele mandar a foto para “BAGÉ”. Ligação 01 – pág. 35 – 05/07/2021 – 12h 34min 38seg. Jonas pergunta se já mandou. HNI diz que ainda vai mandar. Jonas pergunta se é 1500. HNI fala que só tem 600. Jonas fala para colocar mais 150 que está precisando. HNI fala que só tem 4 papel que não conseguiu vender. Jonas pede para não falar na linha, e diz para colocar 750. HNI fala que vai desembolsar a grama e o mato (maconha) para ver qual é, e diz que é a mulher que vai colocar depois 2 na conta. Ligação 02– pag. 22 – 27/06/2021 – 21h 02min 50seg. MNI chama Darlan de “VADO”. Vado fala que amanhã vai chegar o dinheiro de ração do cachorro... Vado comenta que quem está mandando lá é Jhon e segue falando que fizeram chamada de vídeo mostrando armas e coletes balísticos... MNI comenta que deram tiro em HNI e pergunta

se Vado sabe quem foi. Vado responde que foi vitinho e Veto... Vado diz que seu compadre troca tiro e que tem arma e bala sobrando, pois só Vado deixou vinte balas (munição) com ele... Vado Comenta que vai colocar outrem para fora e vai colocar uma biqueira (venda de drogas). Ligação 03 – pag. 50 – 03/07/2021 – 18h 31 min 57 seg. HNI querendo saber se foi bom. Wilian diz que tirou R\$ 1.500,00, e que estava saindo, chegou um cliente pedindo 300. Que estava passando a munição para “Neguinha”. Ligação 04 – pag. 50 – 05/07/2021 – 12h 53min 02seg. Wilian conta que estava no mato cortando um bagulho (drogas). Ligação 01 – pag. 52 – 06/07/2021 – 13h 48min 07seg. Wilian procurando JOATAN. “Pitibul “ fala que ele está lá em Rute. Wilian fala que quando terminar a mercadoria as 80 gramas, vai colocar para ele na Grama e que ele vai botar a R\$400,00 e não a R\$500,00 já que está ajudando ele. Que agora ele vai se levantar. Conta que vai soltar 50 gramas que vai soltar 50 gramas que faz R\$ 2.000,00 e quando fizer R\$ 1.000,00 manda logo, queé para não ficar na mão. Fala que na segunda feira é sagrado o dinheiro do “homem” e não pode falhar. Note-se, portanto, a periculosidade concreta das condutas supostamente perpetradas, razão pela qual, neste momento processual, há que se decretar a custódia preventiva, como garantia da ordem pública, de modo a impedir a reiteração delitiva, bem como para assegurar a regular apuração dos fatos. Preenchidos tais pressupostos e requisitos, inviável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas. Registre-se, ainda, que a eventual presença de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, impedirem a decretação da prisão preventiva, conquanto haja nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar, o que ocorre na hipótese. [...]. Assim, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de MATHEUS RAMOS GONÇALVES, SAMÁRA DOS SANTOS MARCIAL, RENATO ROCHA DA SILVA, RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA, GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, ROSILVALDO SOUZA CALDAS, JOHN MUNIZ DOS SANTOS, UILIAM OSMAR SANTOS DE SOUZA, JOATAN TERTULINO DO ROSÁRIO, ELIZANA DE ALMEIDA SILVA e JONAS SANTOS DO ROSÁRIO. [...]. II – DA BUSCA E APREENSÃO De plano, registre-se que o pleito formulado pela Autoridade Policial merece acolhida. O Código de Processo Penal traz as seguintes disposições em relação ao tema da medida cautelar de busca e apreensão: Art. 240. A busca será domiciliar ou pessoal. [...] § 1o Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: a) prender criminosos; b) apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos; c) apreender instrumentos de falsificação ou de contrafação e objetos falsificados ou contrafeitos; d) apreender armas e munições, instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso; (grifo nosso) e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; g) apreender pessoas vítimas de crimes; h) colher qualquer elemento de convicção. Observa-se que a peça de representação possui narrativa no sentido de que nos endereços indicados pela Autoridade Policial se tem, em tese, a prática continuada, ou permanente, de fato definido como crime, o que se subsume às alíneas objeto de destaque acima. Não se olvida o fato de que a jurisprudência enfrentou atualmente problemática em torno da necessidade, ou não, de expedição de mandado de busca e apreensão para fins de ingresso em domicílio, mesmo em hipótese flagrancial. Tal tema foi enfrentado há tempos, no ano de 2015, em sede de repercussão geral (RE 603616): ‘[...] a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é

lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados.' Note-se que, mesmo diante do entendimento acima transcrito, a Autoridade Policial apresentou peça de representação pela medida de busca e apreensão, postura esta que se mostra ainda mais respeitosa quanto aos direitos fundamentais, circunstância esta que merece também o registro na presente decisão. Ante o exposto, presentes os requisitos do periculum in mora e fumus boni iuris, DEFIRO o pedido de busca e apreensão domiciliar ora formulado pela Autoridade Policial, a ser cumprido nos endereços indicados na peça de ingresso. DISPOSITIVO [...]. EXPEÇA-SE o competente Mandado de Busca e Apreensão em desfavor de UÍLIAM OSMAR SANTOS DE SOUZA, JOATAN TERTULINO DO ROSÁRIO, GEOVANE DOS SANTOS MARCIAL, RAMIRES LEONEL SANTOS SILVA, SAMARA DOS SANTOS MARCIAL, a fim de que seja distribuído para a Autoridade Policial requisitante. DECRETO o sigilo dos autos até que se conclua o cumprimento/execução dos mandados pela Polícia Judiciária/Investigativa, devendo ser configurado no sistema, caso ainda não tenha sido levado à efeito quando do ingresso deste expediente, conforme Ordem de Serviço Gab 001/2021. DETERMINO que a Autoridade Policial apresente relatório circunstanciado, detalhando o resultado e forma de execução da diligência, no prazo de 48hs (quarenta e oito horas) após o término da diligência. Após o cumprimento da diligência e com o envio do relatório, SUSPENDA-SE o sigilo dos autos. [...]."

(grifos e sublinhamentos originais). (id. 42167599). Portanto, com base na prova pré-constituída nos autos do presente writ, atesto que o feito em apreço apresenta, sem sombra de dúvida, o 1º (primeiro) requisito da prisão cautelar – *fumus commissi delicti*. Este, por sua vez, evidencia-se pela presença cumulativa de dois pressupostos: a prova da existência do delito e indícios suficientes de autoria ou participação, conforme disposto no artigo 312, CPP, in fine: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. (Redação dada pela lei 13.964/2019). (grifo aditado). Na mesma alheta, o caso em tela também apresenta o 2º (segundo) requisito exigível para aplicação da medida cautelar – o *periculum libertatis* –, isto é, o perigo gerado pelo estado de liberdade do paciente, pois, conforme evidenciado na medida constritiva ora vergastada, “Do relatório policial acostado aos autos, bem como as gravações oriundas das interceptações telefônicas autorizadas pelo Judiciário, verifica-se que há fortes indícios de articulações para a prática de atividades criminosas na região [...]” (id. 54705842 – pág. 558). Posto isso, resta claramente vislumbrado, in casu, o *periculum libertatis* do coacto, por três razões que não demandam grande esforço lógico-argumentativo: Primeiro, como o tráfico de entorpecentes consiste em um negócio altamente rentável, tipificado criminalmente, concreta é a possibilidade de que, em liberdade, o constrito volte a delinquir, o que resulta em risco à garantia da ordem pública. Segundo, além da alta lucratividade dessa atividade ilícita, a garantia da ordem pública como pressuposto necessário ao recolhimento acautelatório do padecente é, em verdade, o temor social de que também possa incorrer em outros delitos correlatos (homicídios, extorsões, roubos, etc.), o que é muito comum ocorrer – cedo ou tarde – em uma conjuntura onde a traficância é o foco

central, e o seu funcionamento é exercido por vários indivíduos atuando para a consecução desse mesmo fim. Assim, é notório que infrações dessa natureza geram grande intranquilidade no seio social, pois, ainda que grande parte da violência urbana seja relacionada, à primeira vista, com os crimes contra o patrimônio ou contra a vida, ao fim e ao cabo, acaba por orbitar o tráfico de entorpecentes. Terceiro, o decreto de prisão cautelar sob combate também contemplou a necessidade de assegurar a regular apuração dos fatos como um de seus fundamentos, o que é perfeitamente coerente e factível com o que é apresentado no feito em tela. Isto porque, como tal justificativa consiste na conveniência da instrução criminal, prevista no art. 312 do CPP, o Juízo impetrado, ao ser inseri-la no seu provimento ora objurgado, quis, em verdade – e em face do elevado número de réus/indiciados –, garantir que nenhum desses pudesse prejudicar a sadia instrução do processo originário, pois há uma grande probabilidade de que, uma vez solto, o paciente possa comprometer a higidez da instrução criminal, através de destruição de provas, ameaças a testemunhas, outros corréus, etc. Nesse sentido: EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA COM ESSA FINALIDADE. I – PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. A tese de ausência de justa causa para a persecução penal no âmbito do Habeas Corpus é medida excepcional e seu acolhimento somente é viável quando a documentação que instrui a petição inicial é incontrastável nesse sentido, o que não é o caso dos autos. Demonstrada, no ato coator, via de fundamentação idônea e suficiente, a necessidade da prisão preventiva do paciente a bem da garantia da ordem pública e da conveniência da instrução criminal, a sua decretação não implica constrangimento ilícito. II – [...]. ORDEM DENEGADA. (TJ-GO 57083557320228090130. Órgão julgador: 2ª Câmara Criminal. Data de Publicação: 20/01/2023. Relator: DESEMBARGADOR JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA). (grifos aditados). [supressão não original]. Por último, e para invalidar de vez a tese defensiva em foco, a Primeira Turma do STF, em 15/12/2020, decidiu, nos autos do HC 192519 AgR–segundo, que a contemporaneidade da prisão preventiva diz respeito aos motivos ensejadores da prisão, e não ao momento da prática do fato ilícito. Assim, com base nessa linha de entendimento, a Suprema Corte Brasileira estabeleceu as balizas para uma contemporânea decisão impositiva de prisão cautelar: “ainda que tenha transcorrido grande período desde a prática do crime, devem continuar presentes os requisitos do “(i) do risco à ordem pública ou (ii) à ordem econômica, (iii) da conveniência da instrução ou, ainda, (iv) da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal” Nesse sentido: EMENTA AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONTEMPORANEIDADE. SUBSISTÊNCIA DOS FATOS ENSEJADORES DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA NÃO CONFIGURADO. 1.[...]. 6. A contemporaneidade diz respeito aos motivos ensejadores da prisão preventiva e não ao momento da prática supostamente criminosa em si, ou seja, é desimportante que o fato ilícito tenha sido praticado há lapso temporal longínquo, sendo necessária, no entanto, a efetiva demonstração de que, mesmo com o transcurso de tal período, continuam presentes os requisitos (i) do risco à ordem pública ou (ii) à ordem econômica, (iii) da conveniência da instrução ou, ainda, (iv) da necessidade de assegurar a aplicação da lei penal. 7. A razoável duração do processo não pode ser considerada de maneira isolada e

descontextualizada das peculiaridades do caso concreto. 8. Inexistência de “situação anômala” a comprometer “a efetividade do processo” ou “desprezo estatal pela liberdade do cidadão” (HC 142.177/RS, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJe 19.9.2017). 9. Agravo regimental conhecido e não provido. (HC 192519 AgR–segundo. Órgão julgador: Primeira Turma. Data de julgamento: 15/12/2020. Data de publicação: 10-02-2021. Relator (a): Min. ROSA WEBER,). (grifos aditados). [supressão não original]. EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA COM ESSA FINALIDADE. I – PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. [...]. II – AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. O Superior Tribunal de Justiça já assentou que A contemporaneidade da cautelar deve ser aferida, não tomando por base apenas a data dos fatos investigados, mas, igualmente, levando em conta a permanência de elementos que indicam que os riscos – aos bens que se buscam resguardar com sua aplicação – ainda existem. Nesse sentido, a gravidade da conduta aliada à periculosidade dos pacientes, bem como a contínua atividade da organização criminosa evidenciam a contemporaneidade da prisão. (STJ AgRg no HC 628.892/MS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 11/03/2021). III – [...]. ORDEM DENEGADA. (TJ-GO 57083557320228090130. Órgão julgador: 2ª Câmara Criminal. Data de Publicação: 20/01/2023. Relator: DESEMBARGADOR JOÃO WALDECK FELIX DE SOUSA). (grifos aditados). [supressão não original]. No mesmo enredo, o STJ ainda assinalou que a contemporaneidade entre a data dos fatos típicos e a decretação da prisão pode ser mitigada, quando constatada a existência de complexa organização criminosa, tendo-se em vista a permanência de elementos que indicam que o risco concreto de reiteração delitiva. Nesse sentido: HABEAS CORPUS. CONDUTAS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA TRÁFICO DE DROGAS 1) TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA PRISÃO PREVENTIVA E POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIAS JÁ SUBMETIDAS À APRECIACÃO NO HABEAS CORPUS Nº 0633972-98.2022.8.06.0000. REPETIÇÃO DE PEDIDOS. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS A ENSEJAR CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO QUE AGUARDA JULGAMENTO. LITISPENDÊNCIA. 2) TESE DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. HABITUALIDADE CRIMINOSA E NATUREZA PERMANENTE DOS CRIMES. PRECEDENTES STJ. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E ORDEM DENEGADA NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL. 01. [...]. 03. Em cognição à tese de ausência de contemporaneidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tem-se que restam presentes e manifestos os elementos ensejadores da constrição cautelar, não sendo a passagem temporal capaz de afrontar a atualidade dos fatos, tampouco atenuar a gravidade concreta da conduta. Consoante os precedentes do STJ, a contemporaneidade entre a data dos fatos e a decretação da prisão comporta mitigação, quando constatada a existência de estruturada e complexa organização criminosa, tendo em vista a permanência de elementos que indicam o risco concreto de reiteração delitiva. 04. Habeas Corpus parcialmente conhecido e ordem denegada na extensão cognoscível. (TJ-CE – HC: 0620009862023806000. Órgão julgador: 2ª Câmara Criminal. Data de Julgamento: 01/02/2023. Data de Publicação: 01/02/2023. Relatora: Desa. VANJA FONTENELE PONTES). [supressão não original]. Sendo assim – e assim o é –, como ainda estão presentes, neste momento, a necessidade de se garantir a ordem pública e se assegurar a regular apuração dos fatos (conveniência da instrução criminal) como fundamentos para manter o coacto custodiado, logo o decreto que impôs em seu desfavor essa prisão ainda é contemporâneo e, portanto, indene de qualquer mácula nesse sentido.

Ademais – e em arremate –, no que tange ao parecer emitido pelo Parquet Federal acostado pelo impetrante, no id. 56678782 do presente writ, este relator, data vênua, diverge do entendimento esposado em tal opinativo, não somente pelas razões até aqui percorridas, mas, sobretudo, porque, caso fosse adotada, in casu, a posição do respeitável Ministério Público Federal, criar-se-ia um precedente temerário a ser estendido aos outros corréus, o que certamente comprometeria a eficácia no desbaratamento da extensa e atuante organização criminoso em comento. III. DESNECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DESFAVOR DO CONSTRITO DIANTE DAS SUAS SUPOSTAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. Desta feita, a alegada existência de condições pessoais favoráveis ostentadas pelo constrito, ou seja, “o Paciente tem endereço fixo, trabalho fixo e não deseja se eximir de qualquer responsabilidade que possa vir sobre si” (id. 54705836 – pág. 16), não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia cautelar ora contestada, pois estão presentes outros requisitos de ordem objetiva (formal) e subjetiva (material) – já exaustivamente demonstrados, ressalte-se –que autorizam a decretação da medida extrema, no caso ora versado nos autos. Nessa linha de intelecção, eis os recentes julgados colacionados, a seguir: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. [...].. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. [...]. 2. Condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, residência fixa e bons antecedentes, não representam óbices, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautelar máxima. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ – AgRg no HC: 816469 SP 2023/0125363–9. Órgão julgador: T6 – SEXTA TURMA. Data de Julgamento: 12/06/2023. Data de Publicação: DJe 15/06/2023. Relatora: Min. LAURITA VAZ). (grifos aditados). [supressão não original]. IV. SUBSIDIARIAMENTE, SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA DO PACIENTE POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE Enfim, diante de tudo o que foi amplamente discutido nos tópicos anteriores, percebe-se que a medida judicial impositiva do cárcere processual em desfavor do coacto encontra-se totalmente válida e eficaz, não havendo falar-se, por óbvio, em sua revogação ou em sua substituição por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP, vez que é grande a possibilidade de reiteração delitiva da parte do constrito. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE DA CONDUTA. EXPRESSIVA QUANTIDADE/VARIEDADE DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.[...]. 5. Ademais, as circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para a consecução do efeito almejado. Ou seja, tendo sido exposta de forma fundamentada e concreta a necessidade da prisão, revela-se incabível sua substituição por outras medidas cautelares mais brandas. 6. Agravo regimental conhecido e improvido. (STJ – AgRg no HC: 789592 SP 2022/0389287–4. Órgão julgador: T5 – QUINTA TURMA. Data de Julgamento: 14/02/2023. Data de Publicação: DJe 27/02/2023. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA). (grifos aditados). [supressão não original]. V. CONCLUSÃO De todo o exposto, voto pelo CONHECIMENTO DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS E PELA SUA DENEGACÃO, com a recomendação de que o Juízo impetrado prolate, tão logo seja possível, sentença de mérito na indigitada ação penal originária. Salvador, data registrada no sistema. DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS RELATOR